

ANA MIRANDA & PEDRO ESTEVES

anaf_miranda@hotmail.com; pedrocastroesteves@gmail.com

QUEM FALA QUANDO SE FALA DO PRESIDENTE MARCELO?

RESUMO

Tendo como base todas as notícias publicadas nas edições impressas de quatro jornais generalistas portugueses (*Jornal de Notícias*, *Público*, *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*) durante o primeiro ano de Marcelo Rebelo de Sousa como Presidente da República Portuguesa, este estudo tem como objetivo analisar as fontes de informação utilizadas na construção dessas peças noticiosas. Com a análise das notícias, é possível concluir que os média deixam de parte o critério de pluralidade e diversidade de vozes quando mediatizam a Presidência da República. Neste contexto, os políticos são os que têm mais voz na imprensa generalista portuguesa que fala de Marcelo Rebelo de Sousa.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo; Presidência da República; elites do poder

INTRODUÇÃO

Os jornais generalistas são uma das principais janelas para os indivíduos olharem o mundo. É, por isso, importante perceber as relações de poder e de representação aí presentes e que podem não estar explícitas à primeira vista. Este estudo tem como objetivo analisar de que modo as fontes de informação foram utilizadas nos jornais generalistas portugueses durante o primeiro ano de Marcelo Rebelo de Sousa como 20º Presidente da República Portuguesa. Para orientar este estudo, seguimos a seguinte pergunta: que fontes os jornais generalistas citam para falar da Presidência da República? Esta análise terá como base teorias que promovem uma reflexão sobre a relação dos jornalistas com as fontes de informação e as

teorias que interpretam os média como lugares privilegiados para a reprodução do poder dominante.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A SEMPRE AMBÍGUA RELAÇÃO ENTRE JORNALISTAS E FONTES DE INFORMAÇÃO

Existe uma vasta tradição no campo das Ciências Sociais no que concerne às fontes de informação e ao papel de mediador que cabe ao jornalista nesta equação. Uma coisa parece clara: sem fontes, o trabalho jornalístico é impossível, pois o jornalista raramente está em posição de observar o acontecimento. Os primeiros estudos sobre esta matéria remontam à década de 70. Uma das primeiras teorizações é de Leon Sigal que distingue fontes oficiais (representantes do interesse público) das fontes não-oficiais (que representam tudo o que não cabe nesse grupo).

Na verdade, as fontes são um dos elementos mais estruturantes da produção de notícias. Qualquer indivíduo pode ser fonte, desde que o jornalista procure e escreva uma notícia com base em algo que esse mesmo indivíduo tenha mencionado e se revista de interesse público. Desta forma, e sendo o campo das fontes de informação tão vasto, é importante entender as dinâmicas de relacionamento entre estas e os jornalistas.

Para Mencher (1991), as fontes são o sangue do jornalista. Mas é fulcral entender também que a relação entre fontes e jornalistas está envolta em dinâmicas específicas, em negociações por vezes complexas e em jogos de força frequentemente impercetíveis ao público externo. A relação entre fonte e jornalista faz, desta forma, emergir não apenas as dinâmicas internas ao campo jornalístico, mas as convergências e as conflitualidades decorrentes da interação no sistema social (Pinto, 2000).

Posto isto, podemos entender que, no campo mediático, as fontes remetem para posições e relações sociais, para interesses e pontos de vista, para quadros espacio-temporalmente situados (Pinto, 2000). Com esta conceção em mente, podemos entender melhor o “campo de batalha” que estrutura a relação entre fontes e jornalistas. Mas quem são as fontes, no sentido mais prático? Mar de Fontcuberta resume desta forma o conceito de fontes de informação: “pessoas, instituições e organismos de todo o tipo que facilitam a informação de que os meios de comunicação necessitam para elaborar notícias” (1999, p. 46).

É por esta razão que o leque de fontes que o jornalista guarda na sua agenda tem um papel basilar para a facilitação do processo de

elaboração de notícias. Muitas vezes são procuradas fontes com poder, que simbolicamente acabam por reproduzir a estrutura de poder vigente na sociedade. Este fenómeno é denominado por hierarquia de credibilidade. Ou seja, quanto maior o estatuto da fonte, mais provável é a aceitação da sua opinião e mais fácil o seu acesso ao espaço público mediático. Felisbela Lopes (2016) cita Stuart Hall para referir três tipos de definidores primários: representantes do poder institucional, representantes das principais organizações sociais e especialistas.

Podemos, portanto, falar de falta de diversidade de fontes nos jornais? Diversidade não é sinónimo de um grande número de fontes que o jornalista tem à sua disposição (Brown, Bybee, Wearden & Straughan 1987). Um jornalista, num ambiente de redação, está, segundo Gans (1979), num ambiente rotinizado. Desta forma, é natural que as fontes sejam bastante homogêneas. Aquilo que os média noticiam resulta do tipo de fontes consultadas e daquilo que elas transmitem (Lopes, 2016).

Segundo o trabalho *The City Hall 'Beat': A Study of Reporter and Source Roles*, de Gieber e Johnson, existem três tipos de relação que jornalista e fonte estabelecem: uma relação de total independência do jornalista em relação à fonte de informação, uma relação de cooperação onde ambos conseguem satisfazer as necessidades e uma relação de dependência onde a fonte praticamente faz a notícia.

As fontes são também importantes para conferir veracidade ao discurso jornalístico. Rodrigo Alsina (1989), citando um estudo de Tuchman (1983), afirma que os outros meios de comunicação são uma das fontes mais citadas nos textos jornalísticas. Assim como os políticos com cargos institucionais, algo que vem expor o carácter predominantemente político da informação noticiosa.

Citando um trabalho de Maria Pilar Rodríguez (1988), Gomis (2004) apresenta as motivações das instituições públicas para irem ao encontro do jornalista. Entre elas, encontram-se a obrigação moral, a denúncia, mas também a procura da simpatia dos jornalistas. Alargando a um contexto mais geral, Manuel Pinto (2000) acrescenta outros elementos: a visibilidade e atenção por parte dos média, a marcação da agenda pública ou a criação de uma imagem pública positiva. No entender do investigador, os jornalistas, no seu contacto com a fonte, procurariam: informação inédita, confirmações ou desmentidos, lançamento de ideias, recomendações de peritos e atribuição de credibilidade e legitimidade das informações recolhidas. Esta credibilidade é muitas vezes recolhida através do contacto com as fontes oficiais, que fornecem notícias esperadas e inesperadas, oferecem

furos e facilitam conhecimentos amplos, que tornam mais completo e seguro o trabalho dos jornalistas (Gomis, 2004). Por outro lado, o desejo de informação inédita faz com que também entrem nesta equação as fontes anónimas. No entender de Gomis, os meios de comunicação têm menos controle do ângulo noticioso que apresentam do que aquilo que pensam. Ao aceitarem o anonimato das fontes, acabam por perpetuar a invisibilidade dos realmente poderosos.

A dinâmica fonte/jornalista não é, de modo algum, linear. Há uma negociação antes da notícia chegar ao espaço público. “Existem fontes capazes de moldar o conteúdo das notícias, bloquear ou acelerar a sua difusão e aumentar ou diminuir o seu impacto público” (Ribeiro, 2006, pp. 12-13).

Nos tempos atuais, que revelam uma crescente profissionalização de fontes, a noção de dança entre jornalistas e fontes de informação lançada por Gans ganha cada vez mais importância. Existe uma espécie de negociação, pois as fontes têm que se fazer acessíveis e cabe aos jornalistas decidir se são adequadas ou não (Ribeiro, 2006). Abordando a governação de José Sócrates, Ribeiro (2006) sublinha os salários altos dos assessores de imprensa e afirma que é legítimo presumir que os *spin doctors* do executivo socialista foram considerados fundamentais na ação governativa. Esta é uma das consequências daquilo que Manuel Chaparro (1998) apelidou de “revolução das fontes”, tendo essa profissionalização por objetivo marcar a agenda das redações, tudo fazendo “para que a pergunta do repórter se torne o mais dispensável possível”.

Podemos, portanto, resumir a complexa relação que junta fontes de informação e jornalismo como uma negociação mediada por uma condição essencial: a confiança (Marinho, 2000). Mesmo assim, convém sublinhar que o jornalista no exercício da sua profissão está submetido a um enquadramento normativo que gere a profissão. O jornalista conta com vários regulamentos e normas que visam regular o seu comportamento. São exemplos disso o Código Deontológico, o Estatuto do Jornalista ou o Livro de Estilo da sua empresa, que ditam comportamentos e cuidados a ter na relação ou uso de fontes de informação. O processo de interação entre estes dois lados será definido e controlado por ambas as partes. Ambos surgem como representantes de algo que o outro lado não conhece profundamente. “Os jornalistas não conhecem totalmente a vida das fontes nos seus espaços e organizações; as fontes não têm acesso ao processo de produção da notícia” (Marinho, 2000, p. 353).

ÉLITES DO PODER: QUANDO OS POLÍTICOS SÃO AS PRINCIPAIS FONTES DE INFORMAÇÃO

Se é claro que o jornalismo não se faz sem fontes de informação, também parece evidente que não é qualquer cidadão que consegue alcançar o estatuto de fonte de informação relevante e imprescindível para a atividade jornalística. O jornalista procura fontes com algum estatuto, que sejam reconhecidas no espaço público, que saibam falar e que entendam e respeitem os códigos do campo jornalístico. Entende-se assim por que as fontes mais procuradas são as que têm poder na sociedade e por que se constitui a hierarquia de credibilidade. É por esta razão que o cidadão comum raramente tem voz no jornalismo. Deste modo, quando o assunto é política, as vozes tendem a homogeneizarem-se, não dando espaço a novas fontes de informação. Institui-se, assim, uma elite de poder, constituída por um conjunto de fontes de informação que dominam as notícias sobre política. Esta elite de poder é criada por uma forte relação entre jornalistas e políticos, provocando, como refere Gans (1979), “uma imagem muito específica da sociedade”. É um facto que as fontes oficiais controlam a informação sobre o meio envolvente. São as fontes a quem os jornalistas mais recorrem. Porque são acessíveis e asseguram informação credível e de impacto público.

É neste sentido que Serrano (1999) salienta que os repórteres políticos cultivam as fontes que pertencem às elites do poder, baseando essa relação em valores de confiança e de cumplicidade. Também Champagne, referenciado pela investigadora portuguesa, faz alusão a esta conivência, destacando que pode ser “próxima da promiscuidade”, onde o jornalista pode ser manipulado, mas também manipulador.

A relação entre jornalistas e políticos tem sofrido alterações, tendo ambas as partes se habituado a uma estrutura de informação mais flexível (Ribeiro, 2006, p. 54). A política organiza-se, agora, em torno de certas regras, adaptando-se a uma permanente mediação que se aproxima cada vez mais de um lugar de espetáculo. Com repercussões no funcionamento deste campo e na (in)visibilidade de certos atores.

Contudo, não é de forma fácil que qualquer pessoa ou organização se institui como fonte de informação privilegiada, visto que os média selecionam as suas fontes em função das respetivas necessidades produtivas e do respetivo posicionamento (Ribeiro, 2006, p. 23). Como refere Tuchman, os jornalistas associam a credibilidade da fonte com a sua posição na hierarquia (citado em Serrano, 1999, p. 12). Isso acontece porque os jornalistas preferem as fontes de informação que já mostraram a sua credibilidade

e em quem os jornalistas sabem que podem confiar. Justifica-se, assim, como salienta Lopes, o facto de as elites políticas com acesso aos *plateaux* informativos serem constituídas por atores repetentes, visto que a entrada neste campo é mais facilitada a quem já conquistou aí alguma importância política. Mas a permanência neste mundo também só é possível para quem tem capacidade de circular no espaço público mediático. A opinião é partilhada por Sanchez Noriega (1997) que refere que “quem não aparece nos média não existe para a realidade política e quem aparece esporadicamente e com uma imagem disfuncional será um elemento marginal” (citado em Lopes, 2011, p. 13). É neste sentido que Ribeiro afirma que as fontes têm de ser reconhecidas junto das organizações noticiosas (2006, p. 50).

Verifica-se, atualmente, uma prevalência das fontes oficiais nas notícias, o que resulta numa dependência dos jornalistas em relação à informação dada pelos políticos que circulam pelas esferas do poder. Deste modo, os jornalistas estabelecem relações mais próximas e contínuas com as fontes (Ribeiro, 2006, pp. 7-23). Este uso recorrente das mesmas fontes de informação vai originar uma familiaridade no tratamento entre ambas as partes (Serrano, 1999, p. 12). Cria-se, então, uma dependência entre jornalistas e políticos, sendo que os governantes precisam dos jornalistas e vice-versa. Serrano (1999) refere a este propósito que os políticos compõem a estória e o jornalista cria a notícia. Como os jornalistas procuram novas estórias e os políticos são o meio para as conseguirem, os primeiros cultivam as relações próximas com os segundos. A autora acrescenta que o “jogo” que caracteriza a política atrai os jornalistas, porque permite alimentar estórias durante um certo período de tempo. Por sua vez, os políticos precisam dos média para transmitirem as suas mensagens (Serrano, 1999, pp. 4-5).

Talvez seja por esta razão que, atualmente, como acredita Serrano, a comunicação do Estado se tenha tornado o vetor essencial da sua ação. Hoje, as notícias de política são mais pela luta de poder do que sobre a governação. Este aspeto leva a que os políticos dediquem mais tempo a tratar da visibilidade que possam conquistar (1999, p. 3).

Esta familiaridade que se cria com as elites do poder pode conduzir a outra realidade: a pressão entre ambas as partes. Os média interferem na atividade dos governos, marcam a agenda e colocam os políticos sob pressão, mas também os políticos começam a conseguir controlar, em parte, as informações dadas nas notícias. “Suspeitamos que os governantes têm uma facilidade considerável em determinar as agendas e controlar o fornecimento de informação disponível ao domínio público” (Paul Manning citado em Ribeiro, 2006, p. 53).

Conclui-se, então, que há um grupo restrito de políticos que tem acesso aos média, sendo constituído por uma elite política que detém (ou deteve) cargos e que capitaliza a notoriedade mediática (Lopes, Loureiro & Veieira, 2011, p. 11). Este capital de notoriedade é a condição de acesso. Daí que se verifique a presença de fontes repetidas, sobretudo na televisão, como concluíram Felisbela Lopes, Luís Miguel Loureiro e Phillipe Vieira no estudo “A perda da hegemonia da classe política nos plateaux informativos” (2011). Também os jornalistas beneficiam com esta relação de proximidade com as elites do poder, visto que instituições influentes também conferem prestígio aos jornalistas (Serrano, 1999, p. 10). Concluiu Gans (1979) que existe uma supremacia das fontes de informação em relação umas às outras, justificadas por incentivos, poder da fonte, capacidade de fornecer informações credíveis e proximidade social e geográfica relativamente aos jornalistas. Toda esta relação de dependência e proximidade entre fontes de informação e jornalistas levou Judite de Sousa (2002, p. 14) a afirmar que “os políticos estão reféns dos média”.

ESTUDO EMPÍRICO: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Este estudo tem como base a análise de 908 notícias publicadas durante o primeiro ano de Marcelo Rebelo de Sousa na Presidência da República Portuguesa, em quatro jornais generalistas portugueses: *Correio da Manhã*, *Público*, *Jornal de Notícias* e *Diário de Notícias*. Aqui queremos saber a que fontes os jornalistas recorreram para fazer essa mediação.

Uma primeira conclusão a que é possível chegar é a de que em 94,1% das peças jornalísticas publicadas nos quatro diários portugueses foram utilizadas fontes de informação. Positivo também é o facto de 92% das fontes que constituem o universo estudado serem identificadas, sendo apenas utilizadas 1,5% de fontes anónimas. Embora o uso de fontes anónimas seja pouco recorrente, estas foram um recurso sobretudo em dois jornais: *Público* e *Diário de Notícias*. E citadas no mesmo assunto: o caso das SMS's trocadas entre o ministro das Finanças Mário Centeno e aquele que na altura seria o presidente da Caixa Geral de Depósitos, António Domingues. No dia 15 de fevereiro de 2017, os dois jornais publicaram notícias sobre o assunto, onde entre as várias fontes utilizadas se encontrava, em cada um deles, uma fonte anónima: “SMS desagradam a Marcelo e explicam tom duro com Centeno” foi a notícia publicada no *Diário de Notícias* e “Marcelo soube das SMS de Centeno e Domingues (e não gostou)”, publicada no *Público*.

Relativamente ao número de fontes em cada texto, 40,5% dos artigos citam apenas uma fonte e somente 16,4% das peças recorrem a quatro ou mais fontes de informação. Este aspeto pode ser justificado pelo facto de Marcelo Rebelo de Sousa ser a fonte mais recorrente. Mesmo quando se editam textos longos (39,9%), o Presidente da República é a fonte privilegiada, sobrepondo-se aos outros atores. Das 350 notícias extensas, 84 utilizaram apenas uma fonte de informação.

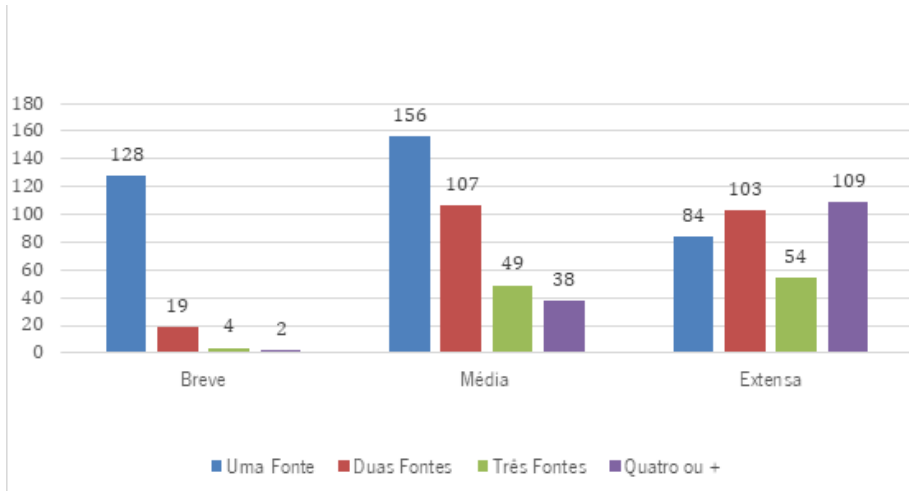


Gráfico 1: Número de fontes citadas em textos breves, médios e extensos

Esta utilização permanente de Marcelo Rebelo de Sousa como fonte de informação explica o facto de haver uma predominância do género masculino (72%) sobre o feminino.

Sabendo o número de fontes utilizadas e como se distribuem nos textos noticiosos, importa destacar que 77,3% das fontes de informação analisadas são de natureza nacional, categoria onde se integra naturalmente o Presidente da República. Como sublinha Nelson Traquina, citado por Ribeiro (2006), o resultado pode ser justificado ainda pelo facto de os jornalistas privilegiarem atores com poder e que sejam facilmente reconhecidos por todos. Sublinhe-se que a geografia da fonte não é coincidente com a geografia do lugar da notícia. Porque a fonte pode ser nacional e o facto mediatizado pode ocorrer num lugar específico do país. Exemplo disto é a seguinte notícia do *Jornal de Notícias*: “Descentralização: PR pede a partidos mais união”, onde a única fonte de informação utilizada é Marcelo Rebelo de Sousa, numa visita a Valença.

Importa ainda perceber se, de facto, se verifica a existência de uma elite de poder, como foi mencionado anteriormente. Será que as vozes se homogeneizaram não dando espaço a que novos atores tenham voz na política?

Uma análise mais pormenorizada das notícias publicadas nos quatro jornais generalistas evidencia que aqueles que falam mais reiteradamente da Presidência da República tendem a ser os mesmos. Nota-se que até existiu um uso diversificado de fontes de informação, mas algumas delas foram utilizadas em acontecimentos esporádicos, não tendo, por isso, relevância. Marcelo Rebelo de Sousa é, mais uma vez, o ator privilegiado, sendo citado em 655 notícias. Entende-se este resultado pelo facto de o Presidente da República se constituir como centro de toda esta noticiabilidade.

A conjuntura na Assembleia da República, onde existe uma maioria de esquerda (PS, PCP, BE e PEV) que sustenta o Governo, favorece os deputados como fonte de informação. Visto que em assuntos mais polémicos o jornalismo determina que se oiçam todas as partes envolvidas, os deputados ganham expressão no campo noticioso. Mas se é expectável que estes atores tenham voz em assuntos relacionados com a Assembleia da República ou com o Governo, o mesmo já não se espera, pelo menos no mesmo grau, quando a tematização se centra na Presidência da República. Mas o que acontece é que os parlamentares surgem em grande destaque aí. Porque o Presidente da República se empenha fortemente em ser uma ponte de diálogo com os partidos com assento parlamentar, recebendo-os em audiências em Belém ou escutando a distância as suas críticas ou preocupações. Recorrendo a Stuart Hall, podemos afirmar que os média, embora de apresentem como contra-poder, acabam por replicar a estrutura de poder existente na sociedade.

Por sua vez, o Primeiro Ministro é também uma fonte com alguma relevância. Muitas vezes António Costa torna-se notícia ora porque acompanha no terreno o PR, ora porque, em sítios diferentes, prolonga uma noticiabilidade que Marcelo Rebelo de Sousa se encarrega de intensificar.

Outras vozes que estiveram em destaque durante o período analisado foram os militantes dos diferentes partidos e os cidadãos. O facto de os políticos serem o grupo mais utilizado como fonte de informação resulta de eles serem quem melhor consegue colocar “o poder em cena”, como referem Lopes, Loureiro e Vieira (2011). Este último grupo, normalmente, não tem grande voz nos média, como vimos no enquadramento teórico, mas, quando o assunto é a Presidência de Marcelo Rebelo de Sousa, consegue alcançar alguma expressão. Exemplo disto é a notícia “Marcelo Rebelo de

Sousa serviu jantar a sem-abrigo do Porto”, de 17 de fevereiro de 2017, do jornal *Público*, onde o jornalista recorreu a quatro cidadãos para relatar o dia do PR.

O PREDOMÍNIO DE UMA FONTE DE INFORMAÇÃO

As fontes de informação são uma das bases primordiais da atividade jornalística. A este nível, o jornalista sabe que a informação que produz será mais qualificada se promover o pluralismo de vozes acerca daquilo que noticia. Contudo, nem sempre se verifica o cumprimento deste uso diversificado de fontes. Assim, a análise das notícias estudadas revela que, na maioria das vezes, apenas se utiliza uma ou duas fontes de informação.

Atentemos ao facto de, por exemplo, nos três tópicos mais noticiados (Presidência da República, Política Interna e Diplomacia), haver um traço comum: a tendência para citar apenas uma fonte. Referimos aqui assuntos com um significativo impacto mediático já que dominaram, em parte, a agenda informativa do primeiro ano de Marcelo como Presidente, mas que não reclamaram a multiplicação de pontos de vista acerca daquilo que foi noticiado.

Tema	Uma fonte	Duas fontes	Três fontes	Quatro ou mais	Total
Presidência República	118	62	19	25	224
Diplomacia	73	55	23	23	174
Política Dura	46	28	18	31	123
Finanças	38	22	14	20	94
Trabalho, solidariedade e segurança social	11	6	5	8	30
Educação	6	6	8	9	29
Saúde	12	4	5	6	27
Cultura	7	5	3	8	23
Defesa Nacional	10	7	2	3	22
Economia	6	8	3	3	20
Justiça	6	4	1	5	16

Desporto	5	7	2	2	16
Ciência e Ensino Superior	7	3	1	1	12
Administração Interna	7	2	0	1	10
Religiões	6	3	1	0	10
Ambiente	1	1	1	2	5
Administração	1	2	0	0	3
Agricultura	2	0	0	0	2
Planeamento	0	2	0	0	2
Habitação	0	1	1	0	2
Mar	1	0	0	0	1
Outros	5	1	0	2	8

Tabela 1: Relação entre o tema da notícia e o número de fontes utilizadas

NOTAS FINAIS

Pouca diversidade e pouca quantidade. É talvez esta a principal conclusão que retiramos da análise da mediatização de Marcelo Rebelo de Sousa no seu primeiro ano como 20.º Presidente da República Portuguesa. É certo que grande parte das notícias estudadas são breves na sua extensão, mas o facto de muitos textos noticiosos utilizarem somente uma fonte de informação (40,5%) é inquietante. A atividade jornalística deve ser regida pela capacidade de ouvir pontos de vista diversos e plurais, a fim de contribuir para uma sociedade informada e democrática.

Esta falta de diversidade está bem patente quando atendemos ao estatuto das fontes de informação. As teorias do campo jornalístico já nos orientam para uma atividade que tende a replicar a estrutura de poder vigente na sociedade. Os definidores primários, que podem ser representantes do poder institucional ou das principais organizações sociais, são os mais procurados pelos média. Embora seja comum afirmar que a Presidência de Marcelo Rebelo de Sousa é marcada por uma maior aproximação ao cidadão comum, essa aproximação não está representada na mediatização que os média fazem do trabalho do PR.

Mas nem tudo é crítico na cobertura feita pelos média, até porque, como referimos, esta análise não tem em conta constrangimentos e outros fatores que podem influenciar as opções dos jornalistas. Quanto à identificação das fontes, observa-se uma clara concordância com o enquadramento normativo que rege a prática jornalística. Somente uma fatia residual das fontes são não-identificadas e anónimas.

Concluimos, então, que a teoria das elites do poder, mencionada no enquadramento teórico, se concretiza em pleno na mediatização de Marcelo Rebelo de Sousa durante o seu primeiro ano de mandato. Como refere Lopes (2007), os média desenharam palcos elitistas, onde os políticos estão em destaque, constituindo-se uma esfera pública política que reflete o poder dominante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brown, J. D.; Bybee, C. R.; Wearden, S. T. & Straughan, D. M. (1987). Invisible power: Newspaper news sources and the limits of diversity. *Journalism Quarterly*, 64(1), 45-54. doi: 10.1177/107769908706400106
- Chaparro, M. C. (1998). *Sotaques d'Áquém e d'Além Mar: Percursos e Géneros do Jornalismo Português e Brasileiro*. Santarém: Edições Jortejo.
- Fontcuberta, M. de (1999). *A Notícia: pistas para compreender o mundo*. Editorial Notícias.
- Gans, H. J. (1979). *Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Northwestern University Press: Evanston.
- Gieber, W. & Johnson, W. (1961). The City Hall Beat: A Study of Reporter and Source Roles. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 38(3), 289-297. doi: 10.1177/107769906103800302
- Gomis, L. (2004). Os interessados produzem e fornecem factos. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 1(1), 102-117. doi: 10.5007/%25x
- Lopes, F. (2007). *A TV das elites: estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas*. Porto: Campo das Letras.
- Lopes, F. (2016). Uma proposta de um modelo taxonómico para a classificação de fontes de informação. *Observatorio (OBS*) Journal*, 10(4), 180-191. doi: 10.15847/obsOBS1042016951
- Lopes, F.; Loureiro, L. M. & Vieira, P. (2011). A perda da hegemonia da classe política nos plateaux informativos. *Estudos em Comunicação*, 9, 223-241.

- Marinho, S. (2000). O valor da confiança nas relações entre jornalistas e fontes de informação. *Comunicação e Sociedade*, 2, 351-356. doi: 10.17231/comsoc.2(2000).1406
- Mencher, M. (1991). *News Reporting and Writing*. Brown & Benchmark.
- Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade*, 2, 277-294. doi: 10.17231/comsoc.2(2000).1401
- Ribeiro, V. (2006). *Fontes Sofisticadas de Informação - Análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1995 a 2005*. Dissertação de Mestrado de Comunicação e Cultura, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal. Retirado de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13047>
- Rodrigo Alsina, M. (1989). *La construcción de la noticia*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Serrano, E. (1999). *Jornalismo e elites do poder*. Lisboa: Escola Superior de Comunicação Social - Instituto Politécnico de Lisboa. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-jornalismo-elites-poder.pdf>
- Sousa, J (2002). *Olá Mariana: o poder da pergunta*. Oficina do Livro.

Citação:

Miranda, A. & Esteves, P. (2016). Quem fala quando se fala do Presidente Marcelo? In F. Lopes (Ed.), *O Presidente da República em notícia: análise do primeiro ano de Marcelo Rebelo de Sousa em Belém* (pp. 22-34). Braga: CECS.